

TIPO 1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA (TCE-SC)

EDITAL Nº 01/2026

# AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TIPO 1



## SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



## TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização e usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



## INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado no cartão de respostas.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento do cartão de respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa prova!**



## CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa

**ATENÇÃO:** sobre as funções de Tribunais de Contas, responda às duas próximas questões.

1

Uma página da Internet informa que uma das funções do Tribunal de Contas é a Função Fiscalizadora, aquela que compreende a realização das auditorias e inspeções, que podem ser por iniciativa própria, por requerimento do Congresso Nacional, para apuração de denúncias em órgãos e entidades federais ou em programas do governo, para apreciação da legalidade de atos de concessão de aposentadorias, reformas, pensões, admissão de pessoal no serviço público federal, fiscalização de renúncia de receitas, além de atos e contratos administrativos gerais.

Sobre esse texto, assinale a informação correta.

- (A) O verbo “compreender” é aplicado no sentido de abarcar e não no sentido de entender.
- (B) Ao usar a expressão “uma das funções”, o texto informa que essa é a principal de uma série de outras funções.
- (C) Nos segmentos “realização das auditorias” e “programas do governo”, os termos preposicionados têm o mesmo valor sintático, indicando agentes da ação.
- (D) Nos termos “que compreende a realização das auditorias” e “que podem ser por iniciativa própria”, os pronomes relativos “que” possuem o mesmo antecedente, ou seja, referem-se ao mesmo termo anterior.
- (E) O termo “além de”, no final do texto, introduz elementos da maior importância informativa no texto.

2

A mesma página informa que, entre os instrumentos utilizados na função fiscalizadora, está o “levantamento”, instrumento com o qual o TCU utiliza para compreender o funcionamento do órgão ou entidade pública, descobrindo os meandros da sua organização, identificando os objetos e instrumentos a serem fiscalizados, avaliando as suas viabilidades de realização.

Sobre a significação ou estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “sua” no segmento “da sua organização” se refere ao próprio TCU.
- (B) O termo “para compreender” pode ser adequadamente substituído por “para o compreendimento”.
- (C) O segmento “com o qual o TCU utiliza para compreender o funcionamento” mostra um erro gramatical.
- (D) O termo “descobrindo os meandros da sua organização” mostra ideia de finalidade.
- (E) A forma verbal “serem fiscalizados” mostra uma ação passada, já realizada no processo.

3

A sigla TCU (Tribunal de Contas da União) mostra a mesma estruturação que a seguinte forma abreviada:

- (A) PETROBRAS (Petróleo Brasileiro)
- (B) STF (Supremo Tribunal Federal)
- (C) UNICAMP (Universidade de Campinas)
- (D) SUSEPE (Superintendência dos Serviços Penitenciários)
- (E) BRADESCO (Banco Brasileiro de Descontos)

4

Caso ocorra ilegalidade ou irregularidade nos atos de gestão de quaisquer órgãos ou entidade pública, caberá ao Tribunal de Contas fixar o prazo para cumprimento da lei. Quando não atendido o ato administrativo, o Tribunal deverá determinar a sustação do ato impugnado.

Essa função autoriza aos Tribunais de Contas aplicarem sanções por ilegalidade de contas e despesas apresentadas pelos órgãos governamentais. Tais decisões sancionatórias dos Tribunais de Contas têm eficácia de título executivo, embora os Tribunais não tenham competência para executá-las, pois, caberá a execução às entidades públicas beneficiárias.

A função do Tribunal, no caso desse texto, pode ser adequadamente chamada de função

- (A) normativa.
- (B) corretiva.
- (C) de Ouvidoria.
- (D) informativa.
- (E) consultiva.

5

Observe a introdução de um artigo jurídico:

*O artigo analisa a evolução das funções dos Tribunais de Contas (TCs) no contexto das exigências contemporâneas de governança pública. Tradicionalmente voltados à fiscalização contábil e orçamentária, os TCs expandiram suas atribuições para abarcar novas funções como educadora, indutora e articuladora, respondendo às mudanças normativas e sociais.*

*As novas funções encontram embasamento nos compromissos constitucionais de maximizar os direitos fundamentais e os objetivos da República, como a promoção da transparência e a eficácia da gestão pública. Além disso, a inclusão do monitoramento e avaliação de políticas públicas nas leis orçamentárias reforça a necessidade de um controle externo mais proativo e integrado.*

Segundo esse segmento introdutório, o interesse maior do artigo é

- (A) analisar as funções tradicionais dos TCs.
- (B) anunciar futuras funções dos TCs.
- (C) indicar mudanças sociais que vão provocar alterações nos TCs.
- (D) mostrar e justificar a evolução das funções dos TCs.
- (E) denunciar modificações indevidas nos TCs.

**ATENÇÃO:** use o texto a seguir para responder às duas próximas questões.

6

Uma notícia recente dizia:

*A Presidente da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Thaisse Craveiro, convocou os Membros Institucionais do Conselho de Representantes para Reunião Extraordinária a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2026 (segunda-feira), às 17h, em modalidade virtual, por meio da plataforma Zoom.*

*A convocação ocorre nos termos do Estatuto da entidade e tem como pauta o exame de situação institucional envolvendo procedimento disciplinar contra Auditor de Controle Externo, bem como a definição de estratégias políticas e jurídicas voltadas à preservação da independência funcional e das garantias inerentes à função de auditoria.*

Nesse segmento textual, há exemplos corretos da utilização do acento grave indicativo da crase.

Assinale a frase em que o emprego desse acento mostra **incorrecção**.

- (A) As leis respondem às necessidades da população.
- (B) Os olhos dos tribunais estão voltados à fiscalização.
- (C) As leis não devem ser obedecidas à força.
- (D) Os sonegadores foram levados à Justiça.
- (E) O artigo dirige seu foco para às novas funções.

7

*A convocação ocorre nos termos do Estatuto da entidade e tem como pauta o exame de situação institucional envolvendo procedimento disciplinar contra Auditor de Controle Externo, bem como a definição de estratégias políticas e jurídicas voltadas à preservação da independência funcional e das garantias inerentes à função de auditoria.*

Entre os termos abaixo, aquele que se refere a um termo citado no texto da questão anterior, é:

- (A) convocação.
- (B) situação institucional.
- (C) procedimento disciplinar.
- (D) estratégias políticas.
- (E) independência.

8

Leia o texto a seguir.

*Funções de confiança, cargos comissionados e vínculos temporários – A ANTC propõe que cargos e funções de chefia, direção e assessoramento em atividades exclusivas de Estado – como a Auditoria de Controle Externo – sejam exercidos exclusivamente por servidores concursados da respectiva carreira. Essa medida reforça a imparcialidade, a continuidade institucional e a proteção da função pública contra interferências indevidas.*

*A entidade também defende que, no mínimo, 50% dos cargos em comissão de qualquer órgão sejam ocupados por servidores efetivos.*

Um texto pode expressar-se por distintas estruturas; entre as opções a seguir, assinale aquela que mostra uma substituição adequada da forma original por outra equivalente.

- (A) “Funções de confiança” = funções confiantes.
- (B) “vínculos temporários” = vínculos de longo tempo.
- (C) “sejam exercidos” = se exerçam.
- (D) “exclusivamente” = sem exclusividade.
- (E) “de qualquer órgão” = de um órgão qualquer.

9

Assinale a frase abaixo que mostra uma interferência da língua falada na língua escrita.

- (A) Os Tribunais de Contas (TCs) exercem funções de fiscalização, consultoria, julgamento, sanção, correção, normatização, informação e ouvidoria, garantindo a legalidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.
- (B) Tomando-se por parâmetro o Tribunal de Contas da União (TCU) pode-se dizer que são funções/competências das Cortes de Contas: Função Fiscalizadora, Consultiva, Informativa, Judicante, Sancionadora, Corretiva, Normativa e de Ouvidoria, e em alguns casos assumem o caráter Educativo ou Orientador.
- (C) A função de inspeção se refere à obtenção de informações que não têm no Tribunal, quanto para esclarecer dúvidas acerca dos procedimentos, apura fatos trazidos ao Tribunal por meio de representações ou denúncias.
- (D) Monitoramento: é o instrumento utilizado para aferir o cumprimento das deliberações proferidas pelo Tribunal e seus resultados.
- (E) Os TCs respondem às consultas, na forma de parecer, que tem valor normativo e forma prejudgamento de tese, não de fato ou de caso concreto, mas a direção dada aproveitará quando do exame do caso concreto correspondente.

10

Assinale a frase que mostra uma troca indevida entre parônimos (palavras semelhantes, mas de diferentes significados).

- (A) Os emigrantes ilegais são hoje uma preocupação flagrante nos países da Europa e nos Estados Unidos.
- (B) Os cidadãos, se infringem as leis, são punidos.
- (C) Nas sessões do Congresso, discutem-se fatos importantes para a vida da população.
- (D) A discricção é uma qualidade importante nos advogados.
- (E) As tarefas legais são podem ser mal executadas.

### Raciocínio Lógico Matemático

11

Sejam  $X$  e  $Y$  dois números inteiros maiores do que zero, tais que

$$2XY - Y = 36.$$

A soma dos possíveis valores de  $X$  é

- (A) 8.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 21.

12

Em uma urna há bolas brancas, bolas pretas e bolas vermelhas. Não há outras bolas na urna. Para cada 2 bolas brancas, há 3 bolas vermelhas, e para cada bola preta, há 2 bolas vermelhas.

Retiram-se 10 bolas de cada cor da urna e, agora, a quantidade de bolas pretas é  $1/5$  do total de bolas.

A quantidade inicial de bolas na urna era

- (A) 91.
- (B) 104.
- (C) 117.
- (D) 130.
- (E) 147.

13

Em um salão, 20% das pessoas presentes são homens e as outras 80% são mulheres.  $X\%$  das mulheres saem do salão, de modo que agora, o número de mulheres é igual ao número de homens.

O valor de  $X$  é

- (A) 40.
- (B) 45.
- (C) 50.
- (D) 60.
- (E) 75.

14

Dois jardineiros aparam  $120 \text{ m}^2$  de grama em 2h30min. Com a mesma eficiência, 3 jardineiros em 2h conseguem aparar

- (A)  $240 \text{ m}^2$ .
- (B)  $200 \text{ m}^2$ .
- (C)  $180 \text{ m}^2$ .
- (D)  $144 \text{ m}^2$ .
- (E)  $132 \text{ m}^2$ .

15

Certo ano, o mês de maio teve 5 quartas-feiras e 4 quintas-feiras.

Nesse ano, o dia 15 de maio foi

- (A) um sábado.
- (B) um domingo.
- (C) uma segunda-feira.
- (D) uma terça-feira.
- (E) uma sexta-feira.

16

A figura a seguir representa uma operação de adição entre dois números naturais: ABA e DCCD.

Cada letra representa um algarismo, letras diferentes representam algarismos diferentes,  $A \neq 0$  e  $D \neq 0$ .

$$\begin{array}{r} \phantom{+} \phantom{D} \phantom{C} \phantom{C} \phantom{D} \\ \phantom{+} \phantom{D} \phantom{C} \phantom{C} \phantom{D} \\ \hline 2 \phantom{0} 2 \phantom{0} 6 \end{array}$$

O valor de  $A + B + C$  é

- (A) 13.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 16.
- (E) 17.

17

As amigas Alice, Laura e Catarina foram a um shopping comprar coisas de que necessitavam. Uma delas comprou uma bolsa, outra comprou um par de tênis e a terceira comprou um casaco.

Sabe-se que, das afirmações a seguir, apenas uma é verdadeira.

- Laura comprou a bolsa.
- Catarina não comprou o tênis.
- Laura não comprou o casaco.

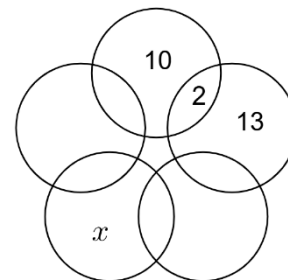
Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) Catarina comprou a bolsa.
- (B) Laura comprou o par de tênis.
- (C) Alice comprou o casaco.
- (D) Laura comprou a bolsa.
- (E) Alice não comprou o par de tênis.

18

A figura a seguir mostra 5 círculos cuja união é formada por 10 regiões disjuntas.

Cada região possui um número e a figura mostra os números de três regiões vizinhas.



Sabe-se que:

- a soma dos três números contidos em cada círculo é 20;
- os números das outras sete regiões são: 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, sendo um número em cada região.

O número  $x$  da figura acima é

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 11.

19

Maria aplicou suas reservas financeiras em dois ativos diferentes, A e B, sendo metade das suas reservas em cada um deles.

Ao final de um ano, o ativo A deu um prejuízo de 5%, mas as duas aplicações juntas deram um lucro de 10%.

O rendimento do ativo B, nesse período, foi de

- (A) 5%.
- (B) 10%.
- (C) 15%.
- (D) 20%.
- (E) 25%.

20

Gabriel fez um sorteio dos seis primeiros números naturais e obteve a sequência:

6 3 5 1 4 2

Essa sequência poderá ser alterada mediante uma sucessão de movimentos. Realizar um movimento significa escolher um dos números da sequência e fazê-lo pular o número que está imediatamente à sua direita.

A partir da sequência dada, após  $n$  movimentos, Gabriel obteve esta sequência natural:

1 2 3 4 5 6.

O menor valor possível de  $n$  é

- (A) 10.
- (B) 11.
- (C) 12.
- (D) 13.
- (E) 14.

## Ética no Serviço Público

21

João, auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), tomou conhecimento de que Maria, sua colega de trabalho, negou publicidade a atos oficiais, em situação não enquadrada como imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado ou de outra hipótese instituída em lei que autorizasse o sigilo, conduta tipificada no Art. 11, IV, da Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

Em razão disso, João passou a analisar as peculiaridades da situação em que Maria está envolvida, conforme disposto na aludida norma.

Assinale a opção que indica a correta conclusão alcançada por João.

- (A) O próprio Tribunal e Contas, após processo administrativo, poderá aplicar à Maria as penalidades previstas na lei de improbidade administrativa, dentre as quais a sanção de multa civil de até 30 (trinta) vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- (B) A responsabilização na esfera em análise é objetiva, de modo que a caracterização do ato de improbidade de Maria independe do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- (C) A penalidade de perda da função pública não está elencada dentre aquelas que podem ser aplicadas à Maria, caso configurada a sua responsabilidade na respectiva esfera, mediante o ajuizamento da demanda pertinente.
- (D) A conduta praticada por Maria, ainda que não se estivesse elencada no aludido inciso, poderia ser penalizada mediante o enquadramento no *caput* do dispositivo que versa sobre o ato de improbidade em questão, pois o respectivo rol é exemplificativo.
- (E) O enquadramento da conduta funcional de Maria na categoria dos atos de improbidade em comento independe da demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública, de modo que desnecessária a indicação das normas violadas.

22

Considerando a temática atinente à ética, à democracia e ao exercício da cidadania, avalie as assertivas a seguir.

- I. No âmbito de uma sociedade democrática é legítimo conflito de ideias.
- II. A cidadania restringe-se ao exercício de direitos políticos, notadamente o direito de votar e ser votado.
- III. Agir eticamente é submeter as ações apenas ao crivo da lei, independentemente da reflexão crítica sobre as próprias escolhas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**23**

Ao realizar um estudo comparativo entre o acordo de leniência, elencado na Lei nº 12.846/2013 e o acordo de não persecução civil, previsto na Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, Ana concluiu corretamente que

- (A) tanto o acordo de não persecução civil quanto o acordo de leniência dependem de homologação judicial para surtirem efeitos, independentemente de o instrumento consensual ser formalizado antes ou depois do ajuizamento das demandas pertinentes.
- (B) o acordo de leniência não exige a pessoa jurídica da reparação integral do dano ao erário, no que se distingue do acordo de não persecução civil, instrumento por meio do qual o interessado poderá alcançar o abatimento de até metade de tal montante.
- (C) a celebração do acordo de não persecução civil depende da oitiva do ente federativo lesado, em momento anterior ou posterior à propositura da ação, requisito que não está previsto para a formalização do acordo de leniência.
- (D) os efeitos do acordo de leniência não poderão ser estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, ainda que firmem o acordo em conjunto e sejam respeitadas as condições nele estabelecidas.
- (E) em caso de descumprimento do acordo de leniência ou do acordo de não persecução civil, o interessado ficará impedido de celebrar novo instrumento consensual pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos a contar do descumprimento.

**24**

Após ser aprovado no concurso de auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Carlos decidiu rememorar as normas atinentes ao uso responsável das redes sociais e mídias digitais previstas na Resolução nº 252/2024 do TCE-SC, que institui o Código de Conduta Ética dos servidores da aludida Corte de Contas, vindo a concluir corretamente que

- (A) a ausência de identificação expressa da qualidade de servidor do Tribunal de Contas em seu perfil pessoal, torna prescindível considerar que suas interações podem ser vinculadas à Instituição em razão da função pública.
- (B) o uso de mídias sociais durante o horário de expediente deverá ser priorizado para, dentre outras atividades, identificar demandas da sociedade e da mídia que possam ser atendidas pela Instituição.
- (C) o descumprimento das normas relativas ao uso responsável de redes sociais e de comunicação digital pelo servidor não poderá ensejar a instauração de processo disciplinar e/ou ético, considerando serem meras recomendações.
- (D) o servidor deve utilizar o e-mail institucional para administrar conta de perfil em qualquer rede social, para fins de facilitar a fiscalização quanto ao cumprimento dos deveres éticos impostos no âmbito da comunicação digital por parte do Tribunal de Contas.
- (E) o servidor deve evitar compartilhamento de pronunciamentos oficiais sobre casos decorrentes de sua atuação funcional, incluindo publicações veiculadas nos perfis institucionais ou de notícias já publicadas oficialmente na página eletrônica do Tribunal de Contas.

**25**

Nos termos da Resolução nº 302/2026 do TCE-SC, o procedimento administrativo, sigiloso e não punitivo, destinado a investigar indícios de enriquecimento ilícito por parte de servidor, inclusive evolução patrimonial incompatível com os seus recursos e disponibilidades por ele informados na sua declaração patrimonial, é designado

- (A) processo sumário.
- (B) sindicância acusatória.
- (C) sindicância patrimonial.
- (D) sindicância investigativa.
- (E) termo circunstanciado administrativo.

**26**

Após o devido processo, a sociedade Alfa foi responsabilizada em âmbito administrativo e judicial com base na Lei nº 12.846/2013, sendo aplicadas as penalidades proporcionais e adequadas, certo que na primeira esfera foi imposta a sanção de multa regularmente fixada e na segunda esfera as penas de perdimento dos bens e valores que representaram vantagem indevida e de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo Poder Público, pelo prazo de 3 (três) anos, além da determinação de reparação integral do dano ocasionado.

Considerando que a sociedade Alfa era controlada da sociedade Sigma ao tempo da infração, e que, após a mencionada penalização, foi incorporada pela sociedade Beta, bem como que é inequívoco que não houve simulação ou intuito de fraude nos aludidos arranjos societários, assinale a afirmativa correta à luz da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).

- (A) A sociedade Sigma, na qualidade de controladora de Alfa, não pode responder por nenhuma das sanções a esta aplicadas em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, diante de expressa vedação legal.
- (B) A responsabilidade de Beta, enquanto sucessora de Alfa, será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na lei em comento.
- (C) As sociedades controladoras, como é o caso de Sigma, respondem subsidiariamente pela prática de ato lesivo à Administração Pública praticado por sua controlada Alfa, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa.
- (D) A subsistência da responsabilidade da sociedade Alfa restringe-se às hipóteses de alteração contratual, fusão ou cisão, não sendo aplicável aos casos de incorporação, razão pela qual a sociedade Beta, na qualidade de sucessora, não responde por qualquer das mencionadas sanções.
- (E) Tanto a sociedade Sigma, controladora, quanto a sociedade Beta, que veio a incorporar a sociedade Alfa, respondem solidariamente pelas referidas sanções aplicadas pela prática de ato lesivo à Administração Pública, inexistindo restrição quanto à penalidades em que é passível a transferência de responsabilização.

## Direito (Administrativo, Constitucional e Financeiro)

27

O Município Alfa, no Estado de Santa Catarina, publicou edital de licitação visando à celebração de vultoso contrato administrativo. As sociedades empresárias Beta, Charlie e Delta, interessadas em participar do certame público em consórcio, buscaram maiores informações sobre a temática.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de dez por cento a trinta por cento sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa.
- II. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos da legislação de regência.
- III. É vedado a estipulação, no edital de licitação, de limite máximo para o número de empresas consorciadas.

Nesse cenário, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Durante atividade fiscalizatória exercida regularmente pela autoridade pública competente, descobriu-se que a empresa pública Alfa, integrante da Administração Indireta do Estado Beta, estava em descumprimento a um requisito de transparência previsto na legislação de regência.

Nesse cenário, os requisitos de transparência apresentados a seguir estão elencados na Lei nº 13.303/2016, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Elaboração de carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos.
- (B) Divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração.
- (C) Elaboração e divulgação da política de transações com partes relacionadas, em conformidade com os requisitos de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade, que deverá ser revista, no mínimo, semestralmente e aprovada pelo Conselho Fiscal.
- (D) Divulgação, em nota explicativa às demonstrações financeiras, dos dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo ou de segurança nacional.
- (E) Elaboração e divulgação de política de divulgação de informações, em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas.

29

A Emenda Constitucional nº X (ECX) alterou o Art. W da Constituição da República, que veicula comando afeto ao direito constitucional financeiro, direcionado ao ciclo orçamentário, em norma de aplicabilidade imediata e eficácia contida.

Em razão da natureza dessa norma, surgiram dúvidas, no âmbito do controle externo de determinado Tribunal de Contas, em relação à necessidade, ou não, de ser observada.

A dúvida decorria do fato de existir lei estadual preexistente, a LY, dispondo em sentido contrário, e de ainda não ter sido editada lei posterior à ECX sobre a temática, federal ou estadual.

Na situação descrita, é correto afirmar que a ECX

- (A) suspendeu a eficácia da LY, o que irá perdurar até a sua regulamentação.
- (B) revogou a LY, produzindo efeitos independentemente de qualquer regulamentação.
- (C) somente produzirá efeitos após a edição de lei federal que veiculará as normas gerais.
- (D) somente produzirá efeitos após a sua regulamentação, com a edição de lei federal ou estadual.
- (E) somente terá a sua eficácia integrada após a sua regulamentação, mas isso não obsta a produção de alguns efeitos, como a revogação da LY.

**30**

Em uma inspeção, o controle externo do Tribunal de Contas do Estado Alfa constatou que o Município Beta direcionou recursos públicos a uma escola confessional sem fins lucrativos, prosélita da religião X, o que desagradou fiéis vinculados a outras religiões. Na situação descrita, é correto afirmar que o referido direcionamento de recursos é

- (A) ilícito, considerando o caráter laico do Estado.
- (B) lícito, considerando o dever de o Estado subvencionar atividades religiosas, enquanto manifestação cultural popular.
- (C) lícito, caso a escola preencha os requisitos exigidos pela ordem constitucional, ainda que os recursos não sejam destinados a bolsas de estudo.
- (D) lícito, desde que os recursos sejam integralmente direcionados a bolsas de estudos e a escola aplique eventuais excedentes financeiros em educação.
- (E) ilícito, pois, embora seja possível a celebração de ajustes com as escolas confessionais, recursos públicos devem ser direcionados apenas a escolas públicas.

**31**

Em auditoria realizada no último quadrimestre do exercício financeiro, o Tribunal de Contas de determinado Estado constatou que o Poder Executivo estadual ultrapassou o limite máximo de despesa total com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Verificou-se, ainda, que o ente federativo permaneceu acima do referido limite ao final do prazo de recondução legalmente previsto, sem adoção integral das medidas exigidas.

Considerando a disciplina da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A extrapolação do limite de despesa com pessoal enseja automaticamente a nulidade de todos os atos de gestão praticados no período, independente da análise do prazo de recondução legalmente previsto ou da adoção de medidas corretivas.
- (B) A não recondução da despesa com pessoal ao limite legal no prazo previsto impede o ente de receber transferências voluntárias, obter garantia e contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e à redução da despesa com pessoal.
- (C) O Tribunal de Contas do Estado deve determinar exclusivamente a aplicação de sanções pessoais ao gestor, não lhe sendo permitido impor restrições institucionais ao ente federativo.
- (D) A superação do limite de despesa com pessoal autoriza automaticamente a dispensa de servidores estáveis, independentemente da observância das regras constitucionais relativas à estabilidade e ao devido processo legal.
- (E) O descumprimento do limite de despesa com pessoal, ainda que reiterado, não interfere na validade dos contratos administrativos celebrados pelo ente federativo, desde que haja disponibilidade financeira comprovada.

**32**

Durante a análise do projeto de lei orçamentária anual de determinado Estado, o Tribunal de Contas identificou a inclusão de dispositivo que condiciona a liberação de dotações orçamentárias da área de saúde à prévia aprovação, pelo Poder Executivo, de metas administrativas específicas a serem fixadas posteriormente por decreto.

Constatou-se, ainda, que o mesmo projeto de lei não discrimina adequadamente determinadas despesas, agrupando-as sob rubricas genéricas.

À luz dos princípios orçamentários aplicáveis, o Tribunal de Contas deverá considerar que a proposta orçamentária viola predominante o princípio da(o)

- (A) unidade, pois o orçamento deve ser apresentado em peça única, vedada a fragmentação entre diferentes instrumentos normativos.
- (B) universalidade, pois todas as receitas e despesas devem constar do orçamento, inclusive aquelas de natureza operacional das empresas estatais.
- (C) exclusividade, pois a lei orçamentária não pode conter condicionantes estranhas à previsão da receita e à fixação da despesa.
- (D) anualidade, pois o orçamento deve corresponder ao exercício financeiro e não pode prever metas condicionais futuras.
- (E) equilíbrio, pois a ausência de discriminação detalhada compromete a correspondência entre receitas e despesas.

## Informática e Análise de Dados

**33**

Durante a redação de um Relatório de Instrução, um Auditor observa que os títulos das seções não estão aparecendo no painel de navegação, dificultando a organização do documento. Ele decide aplicar a formatação correta para permitir a geração automática de um sumário ao final.

Para que o Microsoft Word identifique automaticamente a estrutura hierárquica do texto para fins de sumário e navegação, o Auditor deve

- (A) aumentar o tamanho da fonte e aplicar negrito manualmente em cada título.
- (B) inserir uma Caixa de Texto para cada título de seção.
- (C) aplicar Estilos de Título aos nomes das seções.
- (D) utilizar a Área de Transferência para copiar a formatação de um arquivo externo.
- (E) inserir um Marcador Simbólico antes de cada parágrafo do título.

**34**

Um Auditor do TCE-SC precisa acessar dados sigilosos de uma prefeitura. Para garantir que esses dados não sejam acessados por pessoas não autorizadas, ele deve observar um dos pilares da segurança da informação.

O princípio que garante que a informação esteja acessível somente por pessoas explicitamente autorizadas denomina-se

- (A) integridade.
- (B) disponibilidade.
- (C) confidencialidade.
- (D) não repúdio.
- (E) autenticidade.

35

O Auditor está operando um banco de dados relacional que contém a tabela CONTRATOS. Ele precisa contar quantos contratos ativos existem para o município de 'Florianópolis'.

O comando SQL que executa essa tarefa corretamente é

- (A) `SELECT SUM(contratos) FROM Contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`
- (B) `SELECT COUNT(*) FROM Contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`
- (C) `SELECT DISTINCT(*) FROM Contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`
- (D) `SELECT ALL FROM Contratos GROUP BY municipio;`
- (E) `SELECT SEARCH contratos WHERE municipio = 'Florianópolis';`

36

Em uma auditoria de folha de pagamento, o Auditor fiscaliza dados sensíveis de servidores públicos, como filiação sindical ou dados de saúde.

Segundo a LGPD, o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, com o objetivo de executar competências legais.

Nesse contexto, assinale a opção que apresenta a base legal que dispensa o consentimento do titular para o exercício de auditoria por Tribunais de Contas.

- (A) Interesses legítimos do controlador.
- (B) Proteção do crédito.
- (C) Execução de políticas públicas e cumprimento de obrigações legais.
- (D) Proteção da vida ou da incolumidade física do titular.
- (E) Consentimento tácito do servidor.

37

Um Auditor deseja comparar se a média de gastos *per capita* com educação, nos Municípios da região Oeste de Santa Catarina, é significativamente diferente da média da região Serrana. Ele sabe que a suposição de que tais gastos seguem uma distribuição normal é válida.

O método estatístico mais adequado, para comparar as médias dessas duas amostras independentes, é o

- (A) teste t de Student.
- (B) teste qui-quadrado.
- (C) do coeficiente de correlação de Pearson.
- (D) da regressão logística.
- (E) da distribuição de Poisson.

38

O TCE-SC desenvolveu um modelo de IA para detectar fraudes em licitações. Durante o treinamento, o modelo apresentou 99% de acerto na base de dados histórica, mas, ao ser aplicado em dados novos de 2026, a precisão caiu para 55%.

Esse fenômeno técnico, no qual o modelo decora os dados de treinamento mas falha em generalizar para dados novos, é conhecido como

- (A) Underfitting.
- (B) Overfitting.
- (C) Normalização de Dados.
- (D) Aprendizado não supervisionado.
- (E) Regressão Logística.

39

Um Auditor está montando um fluxo de dados que extrai informações de um banco de dados SQL, de notas fiscais eletrônicas em formato JSON e de relatórios em PDF com texto livre.

Assinale a opção que indica a classificação desses três tipos de dados, respectivamente.

- (A) Estruturados, Semiestruturados e Não Estruturados.
- (B) Não Estruturados, Estruturados e Semiestruturados.
- (C) Semiestruturados, Estruturados e Não Estruturados.
- (D) Estruturados, Não Estruturados e Semiestruturados.
- (E) Todos são classificados como Estruturados após o processo de ETL.

40

Um Auditor do TCE-SC utiliza um *token* com certificado digital para assinar eletronicamente um despacho. Esse processo garante a integridade e o não repúdio.

A tecnologia que utiliza um par de chaves, uma pública e uma privada, sendo a privada usada para assinar o documento, e a pública, para verificar a assinatura, é a(o)

- (A) Criptografia Simétrica.
- (B) Criptografia Assimétrica.
- (C) Criptografia por Substituição.
- (D) Algoritmo de Hashing MD5.
- (E) Autenticação de Fator Único.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Auditoria Governamental, *Compliance*, Gestão de Risco e Governança

41

No Brasil, a legislação de *compliance* no setor público visa coibir a prática de atos de corrupção e punir objetivamente as empresas que não adotarem políticas internas de prevenção à fraude e à corrupção, especialmente quando possuem contratos firmados com o Poder Público.

Sobre esse tema, avalie as afirmativas a seguir considerando as disposições da legislação e das políticas de *compliance* e combate à corrupção adotadas no Brasil.

- I. A Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais não influenciou a legislação brasileira de *compliance* e a prevenção à corrupção.
- II. Na legislação brasileira, a responsabilização de pessoas jurídicas depende da comprovação de dolo ou culpa dos agentes causadores de atos lesivos ao erário.
- III. A responsabilização por atos lesivos ao erário abrange os atos praticados contra o patrimônio de instituições públicas nacionais e estrangeiras.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**42**

As atividades de controle interno são desenvolvidas em níveis de governança e gestão, denominadas pela legislação brasileira como “linhas de defesa”.

Acerca dessa temática, considere as seguintes atividades de controle:

- I. Aplicação de procedimentos de gestão relativos à pesquisa e à formação de preços em um processo de contratação.
- II. Análise e assessoramento jurídico na elaboração de um edital de concorrência pública.
- III. Instauração de procedimento, pela unidade de controle interno da própria unidade organizacional, para verificar a adequação dos controles internos implementados.

Assinale a opção que apresenta apenas atividades típicas de segunda linha de defesa.

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

**43**

O programa de integridade é um instrumento de *compliance* que consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes organizacionais.

Sobre os programas de integridade, considere as afirmativas a seguir:

- I. A consulta prévia ao Cadastro de Empresas Punidas (CNEO) é uma ação de *Due Diligence* adotada no setor público.
- II. As políticas de controle adotadas por outras organizações podem ser reproduzidas, desde se apliquem aos mesmos processos de trabalho.
- III. Um sistema de punições pode não ser adequado na implementação de um programa de integridade e de gestão de riscos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**44**

O TCE-SC recebeu denúncias de uma entidade da sociedade civil e representações de autoridades administrativas que apontavam eventuais irregularidades na execução de um contrato firmado entre a empresa FazTudo Ltda. e um Município catarinense.

Para apurar o objeto da denúncia e das representações e, ainda, para suprir omissões e lacunas nelas identificadas, a Diretoria Geral de Controle Externo do TCE-SC instaurou um instrumento de fiscalização e designou uma equipe para sua realização.

Assinale a opção que identifica o instrumento de fiscalização instaurado pelo órgão de auditoria externa do TCE-SC.

- (A) Levantamento.
- (B) Auditoria governamental.
- (C) Inspeção.
- (D) Auditoria de Conformidade.
- (E) Apuração.

**45**

Ao elaborar a matriz de planejamento, a equipe designada para realização de uma auditoria governamental consignou as seguintes informações no referido documento:

- I. As atividades que a equipe de auditoria deve realizar para obter evidências suficientes e adequadas, possibilitando a avaliação da conformidade do objeto em relação aos critérios de auditoria.
- II. As eventuais constatações que podem ser obtidas a partir dos exames realizados, resultando nas não conformidades que a equipe espera identificar.
- III. A definição do tema central que delimita o trabalho de auditoria e define o seu propósito.

Nos termos do Manual de Procedimentos da Auditoria de Conformidade do TCE-SC, os campos da matriz de planejamento a que se referem as informações acima são denominados, respectivamente,

- (A) procedimentos e técnicas, possíveis achados e questões de auditoria.
- (B) metodologia, possíveis incongruências e objetivo geral.
- (C) técnicas de auditoria, possíveis achados e questões de auditoria.
- (D) metodologia, possíveis achados e fontes de informações.
- (E) procedimentos e técnicas, possíveis achados e objetivo geral.

**46**

Durante a execução de uma auditoria governamental, a equipe de auditoria adotou os seguintes procedimentos:

- I. O supervisor da equipe autorizou somente a realização dos procedimentos de auditoria previstos na matriz de planejamento, negando pedido da equipe para aplicação de técnicas adicionais.
- II. Foi dispensada a realização da reunião de apresentação da equipe de auditoria ao dirigente da unidade auditada, tendo em vista a superação da fase de planejamento.
- III. Ao final da etapa de execução, a equipe de auditoria apresentou os achados ao dirigente da unidade auditada, apresentado os critérios adotados, a situação encontrada e as evidências coletadas.

Nos termos do Manual de Procedimentos de Auditoria de Conformidade do TCE-SC, está correto o que se indica em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

**47**

Com a finalidade de apurar desvio de finalidade em uma dispensa de licitação, a equipe de auditoria levantou documentos que comprovaram que a empresa contratada fora criada dias antes de sua contratação, que pertencia a parentes próximos do titular da pasta contratante e que seu patrimônio era dez mil vezes inferior ao objeto do contrato, registrando esses fatos em papéis de trabalho.

Nesse sentido, os referidos papéis de trabalho são denominados

- (A) achados de auditoria.
- (B) evidências.
- (C) testes de auditoria.
- (D) métodos de auditoria.
- (E) riscos inerentes.

48

Ao executar uma auditoria governamental, uma equipe de auditores do TCE-SC evidenciou graves irregularidades na execução orçamentária de um órgão público jurisdicionado à referida Corte de Contas.

Ao verificarem a conduta do agente público responsável, observaram que ele foi informado pela assessoria jurídica da unidade auditada acerca da irregularidade apontada e que tinha plena consciência da ilegalidade apurada, tendo-lhe sido oportunizada a possibilidade de adotar comportamento diverso, fatos esses devidamente apurados e registrados no campo da matriz de responsabilização, que é denominado

- (A) nexo de causalidade.
- (B) antijuridicidade.
- (C) conduta.
- (D) culpabilidade.
- (E) agravantes/atenuantes.

49

A respeito dos procedimentos de auditoria, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A observação é limitada pelo fato de que o ato de ser observado pode afetar como o processo ou procedimento é executado.
- II. O resultado de entrevistas e da aplicação de questionários a fiscais de contratos geram evidências apropriadas e suficientes à comprovação de fraudes em licitações.
- III. A inspeção envolve buscar informações de pessoas pertinentes, dentro e fora da entidade auditada, assim como o exame de livros e documentos, inclusive externos à organização.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

O Estado Alfa apresentou um quadro de grave desequilíbrio financeiro, fato que o impulsionou a aderir ao plano de recuperação fiscal firmado junto ao Governo Federal, e com base nos parâmetros previstos na legislação vigente.

O plano previa uma série de medidas administrativas, orçamentárias e financeiras a serem desenvolvidas pelo Estado Alfa, a fim de reestabelecer seu equilíbrio financeiro.

O Tribunal de Contas do Estado Alfa instaurou um instrumento de fiscalização com a finalidade de examinar, no período de execução do plano, a legalidade, a legitimidade e a tempestividade dos atos de gestão dos responsáveis pela execução daquele plano.

Nesse sentido, o instrumento de fiscalização mais adequado à finalidade da atividade de controle externo é denominado

- (A) monitoramento.
- (B) levantamento.
- (C) auditoria operacional.
- (D) auditoria de regularidade.
- (E) acompanhamento.

## Controle Externo da Administração Pública

51

No que tange à composição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos termos da Constituição Estadual, é correto afirmar que os Conselheiros serão nomeados entre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos, entre outros:

- (A) mais de trinta e menos de setenta anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada.
- (B) mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, idoneidade moral e reputação ilibada.
- (C) notórios conhecimentos, exclusivamente, em Direito, Ciências Contábeis e Administração Pública.
- (D) mais de quinze anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional em matéria de Gestão Pública.
- (E) mais de cinco anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional em Direito, Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.

52

O Tribunal de Contas da União (TCU) é órgão de controle externo responsável pelo controle da Administração Pública no âmbito federal.

Considerando as disposições acerca do tema na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que o TCU

- (A) em nenhuma hipótese poderá fiscalizar a atuação de órgãos e entidades estaduais e municipais, sendo tal competência exclusiva dos respectivos Tribunais de Contas.
- (B) poderá fiscalizar a atuação de órgãos e entidades estaduais e municipais no que diz respeito aos recursos repassados a esses pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (C) poderá sustar ato ou contrato do órgão Estadual quando não atendida a determinação exarada pelo Tribunal de Contas Estadual respectivo, observados os princípios da *accountability* e responsabilidade fiscal.
- (D) é a entidade Superior Fiscalizadora do Estado Brasileiro, tendo competência para reformar, em sede recursal, as decisões exaradas pelos Tribunais de Contas dos Estados.
- (E) poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria de controle, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios.

**53**

Os Tribunais de Contas dos Municípios são órgãos responsáveis pela fiscalização das contas de todos os municípios de determinado Estado.

Quanto à prestação de contas, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que os Tribunais de Contas dos Municípios devem prestar contas perante

- (A) a Câmara Municipal, por serem órgãos municipais sujeitos ao modelo de controle externo previsto na Constituição Federal.
- (B) a Assembleia Legislativa, por serem órgãos estaduais sujeitos ao modelo de controle externo previsto na Constituição Federal.
- (C) o Tribunal de Contas do Estado, por serem órgãos municipais sujeitos ao modelo de controle externo previsto na Constituição Federal.
- (D) o Tribunal de Contas do Estado, por serem órgãos estaduais sujeitos ao modelo de controle externo previsto na Constituição Federal.
- (E) o Tribunal de Justiça do Estado, por serem órgãos estaduais sujeitos ao modelo de controle externo previsto na Constituição Federal.

**54**

No que se refere às competências próprias e privativas do Tribunal de Contas do Estado do Santa Catarina, delineadas na Constituição de respectivo Estado, é correto afirmar que cabe a esse órgão

- (A) apreciar, em sede de parecer prévio, as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta e indireta, incluídas as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- (B) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, inclusive as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (C) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ao Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento congênere, e das subvenções a qualquer entidade de direito privado.
- (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, a perda do cargo público, a perda dos direitos políticos e multa proporcional ao dano causado ao erário.
- (E) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas às dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

**55**

O Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) é instrumento consensual que visa à regularização de atos e procedimentos dos jurisdicionados, considerados, pelo Tribunal de Contas, como irregulares, ilegítimos ou contrários aos princípios do Direito Público.

Nos termos da Lei Orgânica do TCE-SC, é correto afirmar, em relação ao TAG, que

- (A) é vedada a celebração de TAG quando houver celebração prévia de acordo de não persecução cível ou acordo de leniência, nos termos da legislação de regência.
- (B) é vedada a celebração de TAG caso estejam previamente configurados o desfalque, desvio de dinheiro, bens e valores públicos.
- (C) o TAG poderá ser proposto apenas pelos titulares de Poderes e respectivos órgãos e entidades por ele controlados, do Estado ou dos Municípios, desde que não limite a competência discricionária do gestor.
- (D) a assinatura do Termo de Ajustamento de Gestão não suspenderá a aplicação de penalidades ou sanções, relativas às irregularidades abrangidas pelo Termo, mas modulará os efeitos a curto e médio prazo.
- (E) o não cumprimento das obrigações previstas no Termo de Ajustamento de Gestão pelas autoridades signatárias enseja sua revogação, cabendo ao corpo instrutivo analisar a oportunidade e a relevância do prosseguimento da instrução, incluindo ou não a aplicação de multa.

**56**

Os atos de improbidade administrativa são ações ou omissões dolosas que violam os deveres de honestidade, probidade e boa-fé.

Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, a respeito dos referidos atos, é correto afirmar que

- (A) constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário deixar a Assembleia Legislativa de apreciar o parecer prévio de Contas do Governador emitido pelo Tribunal de Contas Estadual, no prazo de 60 dias a contar do seu recebimento.
- (B) constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário deixar a Câmara Municipal de apreciar o parecer prévio de Contas do Prefeito Municipal emitido pelo Tribunal de Contas do Município, no prazo de 30 dias a contar do seu recebimento.
- (C) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades
- (D) constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito deixar o Tribunal de Contas de preferir provimento final em tomada de contas especial no prazo de 5 anos a contar do fato gerador, desde que o valor não supere o limite de alçada.
- (E) constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades ou permitir a mudança em situação de fato ou de direito.

**57**

Bruno, agente público ordenador de despesas na autarquia estadual Alfa, foi condenado definitivamente em processo de tomada de contas, sendo-lhe imputado o dever de ressarcimento ao erário e pagamento de multa, nos termos do acórdão proferido pelo TCE-SC.

Considerando o postulado do devido processo legal e os recursos previstos na Lei Orgânica do TCE-SC, é correto afirmar que, no caso concreto, a impugnação da decisão por Bruno se dará por meio de

- (A) recurso de reconsideração, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, dentro do prazo de quarenta e cinco dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.
- (B) recurso de agravo, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, dentro do prazo de quinze contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.
- (C) recurso de reexame, sem efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, dentro do prazo de dez dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.
- (D) recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, dentro do prazo de trinta dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.
- (E) recurso de apelação, com efeito suspensivo, interposto uma só vez por escrito, dentro do prazo de trinta dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas.

**58**

Entre as funções exercidas pelo TCE-SC, destaca-se a função consultiva, na qual o Plenário decidirá a respeito das dúvidas de natureza interpretativa do direito em tese, suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de competência do Tribunal.

Nesse sentido, considerando as disposições do Regimento Interno do TCE-SC (Resolução N.TC-06/2001), é correto afirmar que é(são) legitimado(s) para apresentar consulta perante a Corte, entre outros,

- (A) qualquer cidadão maior e capaz.
- (B) entidades dos sistemas OS e OSCIP.
- (C) partido político com representação na Assembleia Legislativa ou na Câmara Municipal.
- (D) membros do Poder Legislativo federal, estadual, municipal e distrital.
- (E) o Comandante-Geral da Polícia Militar e o Diretor-Geral do Instituto-Geral de Perícias.

**59**

Maria de Lourdes, Auditora Fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no exercício de suas atribuições privativas de fiscalização, analisou minuciosamente as contas de determinado gestor público municipal, tendo emitido ao final sua *opinio*.

Considerando as formas de julgamento das contas, nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Santa Catarina (LC 202/2000), é correto afirmar que as contas serão julgadas

- (A) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
- (B) irregulares, quando comprovada a omissão no dever de prestar contas, desde que a atuação tenha se dado de forma dolosa ou em estado de culpa consciente.
- (C) regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário ou contrarie os princípios da Administração Pública.
- (D) irregulares, se comprovado desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, desde que não seja objeto de acordo de leniência, transação penal ou outra forma de composição civil dos danos.
- (E) regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável, ainda que evidenciem irregularidades leves e moderadas.

**60**

O Secretário de Estado, Sérgio, deixou de prestar contas a respeito da aquisição de materiais de escritório para as 10 unidades administrativas das quais é gestor, o que acarretou a instauração de tomada de contas por parte do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Considerando as espécies de decisão que podem ser proferidas em respectivo processo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
- (B) Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga parcialmente regulares, regulares com observações ou irregulares as contas.
- (C) Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas irregulares ou parcialmente irregulares.
- (D) Preliminar é a decisão pela qual o Tribunal, após se pronunciar quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou, ainda, determinar as diligências necessárias ao saneamento do processo.
- (E) Preliminar é a decisão pela qual o Tribunal, após se pronunciar quanto ao mérito das contas, resolve arquivar, suspender o julgamento, ou, ainda, determinar o trancamento das contas consideradas ilíquidáveis.

## Legislação Aplicável ao TCE-SC

61

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência.

Com base na Lei Orgânica do TCE-SC (LC nº 202/2000), acerca de referida jurisdição é correto afirmar que ela abrange

- (A) exclusivamente pessoa físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem, ou administrem dinheiros, bens e valores públicos, ou pelos quais o Estado ou o Município respondam, ou que em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.
- (B) aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, excetuada a modalidade culposa, hipótese em que terá jurisdição o Tribunal de Justiça do Estado quanto ao ressarcimento ao dano e à aplicação de multa.
- (C) os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que de qualquer modo venham a integrar, exclusivamente de forma definitiva e irrevogável, o patrimônio do Estado ou do Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.
- (D) os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pela União ao Estado a pessoas jurídicas de direito público ou privado, mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento congênere, e pela aplicação das subvenções por eles concedidas a qualquer entidade de direito privado.
- (E) os representantes do Estado ou do Município na Assembleia Geral das empresas estatais e sociedades anônimas de cujo capital as pessoas jurídicas participem, solidariamente com os membros do Conselho Fiscal e de Administração, pela prática de atos de gestão ruinosa ou liberalidade a custa das respectivas sociedades.

62

Pedro, servidor do Estado de Santa Catarina, se desentende com Carlos, colega de trabalho da mesma instituição, em razão de divergências acerca do encaminhamento a ser dado em determinado processo administrativo.

Em razão disso, fora do horário de trabalho e longe da repartição pública, Pedro ofende a integridade física de Carlos, que sofre lesões corporais leves.

Nesse contexto, considerando as disposições acerca de infrações disciplinares constantes no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei 6.745/1985), é correto afirmar que Pedro

- (A) não sofrerá qualquer pena disciplinar, visto que os fatos ocorreram fora das dependências da repartição pública, o que afasta o nexo de causalidade e, conseqüentemente, a responsabilização.
- (B) será punido com a pena de demissão simples, haja vista que a ofensa física, embora fora do serviço, ocorreu em razão dele, não estando evidenciada hipótese de legítima defesa.
- (C) será punido com a pena de suspensão até 30 (trinta) dias, haja vista que a ofensa física ocorrida fora da repartição pública e com resultado lesão corporal leve afasta punição mais gravosa.
- (D) será punido com a pena de demissão qualificada, haja vista que a ofensa física, embora fora do serviço, ocorreu em razão dele, não estando evidenciada hipótese de legítima defesa.
- (E) será punido com a pena de suspensão até 10 (dez) dias, haja vista que a ofensa física ocorrida fora da repartição pública e com resultado lesão corporal leve afasta punição mais gravosa.

63

A conduta ética dos servidores públicos é fundamental para promover integridade, transparência, responsabilidade, imparcialidade, legalidade e efetividade na prestação dos serviços públicos.

Durante os trabalhos de fiscalização a cargo do Tribunal, além de observar as normas de auditoria adotadas pelo TCE-SC, o Auditor Fiscal de Controle Externo, nos termos do Código de Ética e Conduta dos Servidores (Resolução nº TC-0252/2024), deverá

- (A) se utilizar de opiniões preconcebidas, convicções político-partidárias, religiosas ou ideológicas para garantir uma maior receptividade do jurisdicionado, favorecendo o desenvolvimento dos trabalhos e a obtenção de dados.
- (B) desde o início, se manter firme com relação às afirmações feitas pelos fiscalizados, no decorrer dos trabalhos de fiscalização, informando ponto a ponto as irregularidades tão logo sejam observadas, sobretudo no curso de fiscalizações *in loco*.
- (C) evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados, bem como abster-se de emitir opinião preconcebida ou induzida por convicções político-partidárias, religiosas ou ideológicas.
- (D) evitar denunciar quaisquer ações que venha a sofrer, bem como atos ou fatos que tenha conhecimento, se protelarem a decisão dos feitos, ainda que limitem sua independência ou que criem restrições à sua atuação, desde que não afetem o resultado final da fiscalização.
- (E) evitar empreender caráter agressivo às indagações formuladas aos fiscalizados, exceto quando o jurisdicionado se mostrar reativo à fiscalização, ocasião em que deverão ser tomadas medidas mais enérgicas, exclusivamente no limite suficiente para garantir a não frustração da diligência.

**64**

Letícia, servidora do TCE-RJ, pratica infração disciplinar passível de sanção de suspensão das funções por até 30 dias. Logo após o incidente, por sua espontânea vontade e eficiência, reduz as consequências de seu próprio ato, minimizando os impactos para a administração pública, o que leva à aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Acerca de referido instrumento de resolução consensual, considerando as disposições da Resolução N. TC-302/2026, que trata da Política de Gestão e Controle da Disciplina, é correto afirmar que

- (A) o TAC pode ser aplicado ao mesmo servidor mais de uma vez, observados os requisitos previstos na resolução N. TC-302/2026.
- (B) o servidor poderá propor a celebração do TAC em até 2 anos após tomar conhecimento do processo disciplinar, se já não houver sido aplicada pena nesse interím.
- (C) as comissões sindicantes e processantes não poderão propor TAC em procedimentos disciplinares em curso, sendo a propositura ato exclusivo do servidor infrator.
- (D) o histórico funcional do servidor ou a manifestação de superiores hierárquicos ou da Corregedoria-Geral acerca de sua conduta precedente não são requisitos para celebração do TAC.
- (E) o servidor em estágio probatório pode ser beneficiado com o TAC caso sua conduta tenha se dado em razão de inexperiência e não configure ato doloso de improbidade administrativa.

**65**

Fundada na dignidade da pessoa humana e no valor social do trabalho, foi instituída, por meio da Resolução N. TC-254/2024, a Política de Prevenção e de Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no TCE/SC.

No contexto de referida resolução, os atos de i) manifestar publicamente desdém ou desprezo pelo produto do trabalho, ii) gerir por estresse, por injúria ou por medo e iii) realizar premiações negativas, ameaças e cobranças exageradas, podem configurar, respectivamente:

- (A) assédio moral, assédio moral e assédio moral organizacional.
- (B) assédio moral, assédio sexual e assédio moral organizacional.
- (C) assédio moral organizacional, assédio moral organizacional e assédio moral.
- (D) assédio institucional, assédio moral organizacional e assédio institucional.
- (E) assédio moral, assédio moral organizacional e assédio moral organizacional.

**66**

No que tange à escolha dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, de acordo com as disposições da Lei Orgânica do TCE-SC (LC 202/2000), é correto afirmar que totalizam

- (A) 7 membros, sendo três escolhidos pelo Governador do Estado, dos quais dois alternadamente dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quatro escolhidos pela Assembleia Legislativa.
- (B) 9 membros, sendo cinco escolhidos pelo Governador do Estado, dos quais dois alternadamente dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quatro escolhidos pela Assembleia Legislativa.
- (C) 7 membros, sendo quatro escolhidos pelo Governador do Estado, dos quais dois alternadamente dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e três escolhidos pela Assembleia Legislativa.
- (D) 8 membros, sendo quatro escolhidos pelo Governador do Estado, dos quais três alternadamente dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quatro escolhidos pela Assembleia Legislativa, com sanção do governador.
- (E) 5 membros, sendo três escolhidos pelo Governador do Estado, dos quais três alternadamente dentre Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e dois escolhidos pela Assembleia Legislativa, com sanção pelo governador.

**67**

No TCE-SC, a Diretoria-Geral de Controle Externo (DGCE) é o órgão competente para realização de atividades fiscalizatórias, sendo composto, dentre outros, por Auditores Fiscais de Controle Externo, carreira essencial e exclusiva de Estado, competindo-lhe privativamente as atribuições relacionadas ao exercício das competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas.

Nesse contexto, é correto afirmar que, nos termos da Resolução TC-149-2019, uma competência da DGCE é

- (A) promover pesquisas, seminários, debates, palestras e similares e concursos, com intuito de criar, incentivar e disseminar novas técnicas de gestão e controle da coisa pública.
- (B) propor e estimular a realização de pesquisas, seminários e outros eventos sobre assuntos relativos ao exercício da cidadania e sua importância em participar da fiscalização e avaliação das ações da Administração Pública.
- (C) propor a elaboração do Plano de Ação do Controle Externo, considerando os objetivos estratégicos do Tribunal de Contas e fatores como risco, relevância e oportunidade, bem como supervisionar a sua execução.
- (D) propor e definir critérios junto às unidades do Tribunal de Contas no encaminhamento, exame da demanda e comunicação do resultado da averiguação e das providências requeridas, para garantir ao cidadão o retorno de orientação, informação ou resposta.
- (E) receber e registrar comunicações contendo informações relevantes sobre atos administrativos e de gestão praticados por órgãos e entidades da Administração Pública, aptos a subsidiar os procedimentos de controle externo, sem prejuízo da autuação, quando for o caso, de processo de denúncia ou representação junto ao Tribunal de Contas.

**68**

Na era da informação, o uso responsável de redes sociais e de comunicação digital pelos servidores públicos é mandatória.

Considerando as previsões expressas sobre a temática no Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Resolução N. TC-252/2024) é correto afirmar que, ao utilizar as suas redes sociais e mídias digitais, o Auditor Fiscal de Controle Externo deve

- (A) se abster de se identificar expressamente como servidor do Tribunal de Contas em seu perfil pessoal, o que afasta a possibilidade de penalização por eventuais manifestações fora do ambiente de trabalho.
- (B) se abster de possuir perfis abertos ao público nas redes sociais, cautela que por si só já demonstra reserva e discrição suficientes para afastar eventuais violações de deveres funcionais.
- (C) evitar, no seu perfil das redes sociais, pronunciamentos oficiais sobre casos decorrentes de sua atuação funcional, exceto o compartilhamento de publicações veiculadas nos perfis institucionais ou de notícias já publicadas oficialmente na página eletrônica do Tribunal de Contas.
- (D) se abster de antecipar resultados de estudos, de projetos, de trabalhos ou de informações de caráter estratégico e funcional, antes de divulgação oficial, inclusive nos casos em que a divulgação esteja acordada com a Administração Superior, por imperativo de ética.
- (E) evitar publicações em redes sociais que possam ser percebidas como discriminatórias em relação à raça, ao gênero, à orientação sexual, à religião e a outros valores ou direitos protegidos, e que possam comprometer os ideais defendidos pela instituição, salvo se publicadas em perfil fechado ao público e sem identificação da qualidade de servidor do TCE-SC.

**69**

Caio, contador, logra êxito em ser aprovado no concurso de Auditor Fiscal de Controle Externo do TCE-SC, passando a titularizar o concorrido e renomado cargo para o qual estudou por tantos anos.

Após o curso de formação e o início efetivo das atividades, o titular da unidade técnica lhe distribuiu dois processos para fins de instrução.

Em um deles, processo X, havia como documento anexo à defesa do jurisdicionado uma perícia realizada pelo próprio Caio, quando ainda trabalhava como contador em escritório renomado do Estado, do foi desligado antes mesmo da sua nomeação e posse no cargo público em questão.

No outro, processo Y, figurava como jurisdicionado seu tio distante, com quem nunca teve laço de afetividade, de amizade ou de inimizade.

Considerando as disposições do Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar, com relação aos processos X e Y, que

- (A) não está configurado conflito de interesse no exercício do cargo.
- (B) está configurado conflito de interesse no exercício do cargo, ainda que Caio não tenha obtido qualquer vantagem ou retribuição.
- (C) está configurado conflito de interesse no exercício do cargo com relação ao processo X, mas não em relação ao processo Y.
- (D) está configurado conflito de interesse no exercício do cargo com relação ao processo Y, mas não em relação ao processo X.
- (E) está configurado conflito de interesse no exercício do cargo, apenas se Caio tiver obtido vantagem ou retribuição mensuráveis.

**70**

A Lei Orgânica do TCE-SC (LC N. 202/2000) prevê expressamente que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno.

Nos termos de referida lei, é correto afirmar que o controle interno terá a finalidade, entre outras, de

- (A) promover o intercâmbio de informações entre o Estado e os demais Tribunais de Contas do país.
- (B) apoiar o controle externo, o Ministério Público e o Poder Judiciário no exercício de sua missão institucional.
- (C) exercer o controle das operações do Estado, excetuadas as operações de créditos, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- (D) avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a execução de programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- (E) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE HABILITAÇÃO

71

Em um Município, o governo possui edifícios que são arrendados a outras entidades integrantes do mesmo Município, com fins comerciais. Uma entidade administradora de propriedades do governo faz a gestão desses edifícios.

No Balanço Patrimonial Consolidado do Município, os edifícios são reconhecidos como

- (A) Ativo Intangível.
- (B) Ativo Imobilizado.
- (C) Reserva de Capital.
- (D) Ativo Realizável a Longo Prazo.
- (E) Propriedade para Investimento.

72

Em janeiro de 2026, uma empresa assinou um novo contrato de concessão de serviços públicos.

Nessa data, a entidade concedente deseja determinar a mensuração inicial dos ativos da concessão, que são segmentados em:

- I. ativos que já existiam e que tiveram aumento no potencial de serviços; e
- II. ativos que foram construídos em função do contrato de concessão.

As mensurações iniciais de I e de II devem ser, respectivamente, a

- (A) valor justo e valor justo.
- (B) custo histórico e valor justo.
- (C) valor justo e custo histórico.
- (D) custo histórico e custo histórico.
- (E) custo histórico e custo corrente de reposição.

73

Em 2025, um posto de saúde do setor público ampliou as suas instalações, construindo novas salas para atendimento, de modo a prestar melhores serviços à população.

Para a construção das novas salas, a entidade desembolsou, no ano, R\$ 60.000,00 com a compra de material, usado integralmente na construção, e R\$ 40.000,00 com os honorários da equipe de obras.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, a entidade reconheceu o seguinte consumo de caixa:

- (A) R\$ 100.000,00 pela atividade operacional.
- (B) R\$ 100.000,00 pela atividade de investimento.
- (C) R\$ 100.000,0 pela atividade de financiamento.
- (D) R\$ 60.000,00 pela atividade de investimento e R\$ 40.000,00 pela atividade operacional.
- (E) R\$ 60.000,00 pela atividade de financiamento e R\$ 40.000,00 pela atividade operacional.

74

Um ente público arrecada os seus tributos por intermédio de um agente arrecadador.

Inicialmente, quando o montante é recebido pelo agente arrecadador, ele reconhece uma receita. Já quando o montante é transferido para o ente público, o agente arrecadador reconhece uma despesa, e o ente público, uma receita.

De acordo com a NBC TSP 01– RECEITA DE TRANSAÇÃO SEM CONTRAPRESTAÇÃO, o procedimento é considerado

- (A) correto, uma vez que o reconhecimento da receita deve seguir a ordem financeira dos fatos.
- (B) correto, uma vez que as duas entidades prestam serviços, de acordo com a definição da receita.
- (C) incorreto, uma vez que a receita deve ser reconhecida pelo ente público, apenas.
- (D) incorreto, uma vez que a receita deve ser reconhecida pelo ente arrecadador, apenas.
- (E) incorreto, uma vez que a receita deve ser reconhecida de modo concomitante pelas duas entidades.

75

Na elaboração das demonstrações contábeis de uma entidade do setor público, constatou-se que a mensuração de um passivo só poderia ser realizada por meio de estimativas. Desse modo, o passivo não foi incluído nas demonstrações.

De acordo com a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO, o procedimento foi considerado

- (A) correto, uma vez que estimativas não representam o valor real do passivo.
- (B) correto, uma vez que a definição de passivo exige que ele seja mensurável.
- (C) correto, uma vez que as demonstrações devem seguir a característica qualitativa da fidedignidade.
- (D) incorreto, uma vez que se o passivo não for apresentado, as demonstrações não serão tempestivas.
- (E) incorreto, uma vez que o uso de estimativas é parte essencial da contabilidade sob o regime de competência.

76

O planejamento é a etapa da despesa orçamentária que abrange, de um modo geral, a análise para a formulação do plano e das ações governamentais que servirão de base para a fixação da despesa orçamentária.

A fixação da despesa refere-se aos limites de gastos incluídos nas leis orçamentárias e tem como base

- (A) a inflação projetada.
- (B) as receitas previstas.
- (C) as despesas executadas no exercício anterior.
- (D) o crescimento estimado do Produto Interno Bruto.
- (E) os gastos necessários para o funcionamento da máquina pública.

**77**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, existem instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais é dada ampla divulgação.

A transparência é assegurada, também, mediante incentivo à participação popular e à realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão de

- (A) controle da inflação e desenvolvimento da política monetária nacional.
- (B) critérios e determinações para provimento de vagas em concursos públicos.
- (C) nomeações de gestores públicos.
- (D) incidência tributária e isenções sobre diferentes setores.
- (E) planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

**78**

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de lei orçamentária anual é elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional, sendo que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do seguinte índice, previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica

- (A) de preços.
- (B) da taxa SELIC.
- (C) da variação cambial.
- (D) do deflator implícito do PIB.
- (E) de correção da caderneta de poupança.

**79**

Com base na Lei nº 10.028/2000, avalie se as possíveis infrações administrativas contra as leis de finanças públicas incluem:

- I. Deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- II. Propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III. Deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.

De acordo com a Lei nº 10.028/2000, constitui(em) infração(ões) administrativa(s) contra as leis de finanças públicas o que se apresenta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**80**

Em 01/06/2024, uma entidade pagou, antecipadamente, 18 meses de aluguel. Por conta da antecipação, recebeu um desconto comercial de 10% sobre o valor mensal do aluguel.

A entidade elaborou a sua Demonstração do Resultado, em 31/12/2024 e em 31/12/2025, de acordo com o Regime de Caixa.

Ao comparar o resultado do período com o que seria obtido se tivesse seguido o Regime de Competência, constatou que os resultados de 31/12/2024 e de 31/12/2025, de acordo com o Regime de Caixa, estavam, respectivamente,

- (A) igual e igual.
- (B) subavaliado e subavaliado.
- (C) superavaliado e subavaliado.
- (D) subavaliado e superavaliado.
- (E) superavaliado e superavaliado.

**81**

Em novembro de 2025, a Cia X detectou erro de escrituração no estoque, ocorrido no primeiro semestre do ano. O procedimento inadequado foi realizado intencionalmente para produzir um resultado melhor no ano. Como o erro foi considerado imaterial, a administração não pretende efetuar correção.

O procedimento é considerado tecnicamente

- (A) correto, uma vez que apenas erros materiais precisam ser corrigidos.
- (B) correto, uma vez que não houve exigência de correção pela auditoria externa.
- (C) correto, uma vez que será necessário corrigir a escrituração apenas a partir do ano seguinte.
- (D) incorreto, uma vez que a administração não pode tomar decisões sem consultar o Conselho de Administração.
- (E) incorreto, uma vez que o erro deve ser corrigido antes de as demonstrações contábeis serem autorizadas para publicação.

**82**

Uma entidade vendia aparelhos de informática a clientes corporativos. Quando a venda era realizada à vista, a entidade oferecia, gratuitamente, cursos de treinamento, para serem utilizados por tempo indeterminado.

O custo do curso, por cliente, para a entidade, era de R\$ 1.000,00, e o seu valor de mercado era de R\$ 3.000,00. A empresa tem a obrigação de prestar o serviço de treinamento sem remuneração direta. Além disso, o curso é ministrado exclusivamente para os clientes que realizam as suas compras à vista.

Em 31/12/2025, a entidade realizou cinquenta vendas à vista. Na data, estimou que 50% dos clientes iriam realizar o treinamento apenas em 2026, 30%, apenas em 2027, e que o restante não realizaria o treinamento.

No Balanço Patrimonial, em 31/12/2025, a entidade reconheceu o seguinte montante no passivo não circulante:

- (A) R\$ 15.000,00.
- (B) R\$ 40.000,00.
- (C) R\$ 45.000,00.
- (D) R\$ 120.000,00.
- (E) R\$ 150.000,00.

**83**

Em 2025, uma empresa de consultoria contábil reconheceu receita de R\$ 600.000,00 com a prestação de serviços. Além disso, reconheceu R\$ 900.000,00 com receita de juros decorrentes de aplicações financeiras.

Na primeira linha da Demonstração do Resultado anual, em 31/12/2025, a empresa apresentou receita de

- (A) R\$ 125.000,00.
- (B) R\$ 300.000,00.
- (C) R\$ 600.000,00.
- (D) R\$ 900.000,00.
- (E) R\$ 1.500.000,00.

**84**

Uma sociedade empresária reconheceu prejuízo no exercício de 2025. No entanto, o seu patrimônio líquido aumentou, devido ao reconhecimento de conta que não transita pelo resultado.

Assinale a opção que indica uma possível causa para o aumento do patrimônio líquido.

- (A) Compensação do prejuízo com reservas.
- (B) Prêmio recebido na emissão de debêntures.
- (C) Reversão da reserva de lucros a realizar para dividendos a pagar.
- (D) Aumento do capital social com a utilização de reservas.
- (E) Aumento da reserva de capital com o reconhecimento de ágio na emissão de ações.

**85**

Em 31/12/2025, uma livraria, localizada em Florianópolis, tinha, em estoque, 80 livros de Contabilidade Tributária. Cada livro havia sido adquirido por R\$ 70,00 e era vendido por R\$ 80,00.

Em 01/01/2026, o livro passou a ser vendido por R\$ 65,00 na própria livraria, e foram identificados compradores interessados. Além disso, na data, a livraria averiguou que poderia vender todos os livros por R\$ 6.000,00 a uma livraria sediada em Fortaleza. Para isso, teria que pagar R\$ 900,00 pelo transporte dos livros.

A livraria tinha a intenção de obter o maior retorno possível com a venda dos livros.

Em 01/01/2026, o estoque de livros de Contabilidade Tributária era reconhecido, no Balanço Patrimonial da livraria, por

- (A) R\$ 5.100,00.
- (B) R\$ 5.200,00.
- (C) R\$ 5.600,00.
- (D) R\$ 6.000,00.
- (E) R\$ 6.900,00.

**86**

Em 31/12/2025, uma sociedade empresária apresentava o saldo de R\$ 50.000,00 em Imposto de Renda Diferido, no Ativo não Circulante, que era ajustado a valor presente. O valor da conta não era considerado relevante.

De acordo com o CPC 12 (R1) - AJUSTE A VALOR PRESENTE, o ajuste é

- (A) correto, uma vez que os juros implícitos à conta devem ser reconhecidos.
- (B) correto, uma vez que, para ser útil, o saldo deve refletir o valor do dinheiro no tempo.
- (C) correto, uma vez que as contas classificadas como realizável a logo prazo devem ser ajustadas a valor presente.
- (D) incorreto, uma vez que não é possível determinar com exatidão as datas em que esses valores serão realizados.
- (E) incorreto, uma vez que apenas as contas com valor considerado relevante devem ser ajustadas a valor presente.

**87**

Com relação à definição de valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 46 - MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO, avalie se os elementos a seguir fazem parte da definição de valor justo.

- I. ativos
- II. passivos
- III. receitas
- IV. despesas

Estão corretos os elementos

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**88**

Um escritório de Contabilidade presta os seus serviços em imóvel alugado. O contrato de aluguel tem duração até 31/12/2030.

Em 01/07/2025, o escritório adquiriu móveis planejados por R\$ 11.000,00. O frete para a entrega foi de R\$ 500,00 e a montagem dos móveis custou R\$ 1.700,00. Os custos estimados para desmontagem e remoção eram estimados em R\$ 1.980,00. No entanto, o sócio do escritório combinou com o proprietário do imóvel que usaria os móveis até o final do contrato e os venderia a ele por R\$ 2.640,00, de modo a mantê-los no imóvel.

Em 31/12/2025, o valor contábil dos móveis era de

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 12.000,00.
- (C) R\$ 12.240,00.
- (D) R\$ 13.800,00.
- (E) R\$ 14.040,00.

**89**

Em 31/03/2026, a Cia X adquiriu 100% de participação na Cia Y por R\$ 300.000,00. Na data, foi reconhecido um *goodwill* de R\$ 80.000,00.

Esse *goodwill* pode ser justificado, principalmente, pela(o)

- (A) quantidade elevada de estoques na Cia Y.
- (B) diversidade dos investimentos da Cia Y.
- (C) baixa inadimplência dos clientes da Cia Y.
- (D) posicionamento da Cia Y no mercado.
- (E) valor de mercado dos ativos imobilizados da Cia Y.

**90**

A Cia Alfa organiza pacotes de viagem empresariais. Os pacotes são vendidos por intermediação da Cia. Beta; no entanto, a Cia. Alfa é integralmente responsável por qualquer ocorrência negativa relacionada às viagens.

Em dezembro de 2025, uma entidade entrou na Justiça contra a Cia. Beta por conta de problemas em um pacote vendido, pedindo R\$ 50.000,00. Os advogados da Cia. Beta estimaram que a perda da causa era provável, assim como o valor pedido.

No mês, a Cia. Beta deve reconhecer ou evidenciar

- (A) passivo contingente de R\$ 25.000,00.
- (B) passivo contingente de R\$50.000,00.
- (C) provisão para contingência de R\$25.0000,00.
- (D) provisão para contingência de R\$50.000,00.
- (E) não haver reconhecimento nem evidenciação.

**91**

Em 31/12/2025, uma sociedade empresária apresentava saldo de R\$ 80.000,00 em ações em tesouraria.

Em janeiro de 2026, a sociedade empresária vendeu essas ações por R\$ 90.000,00. Os custos de transações incorridos na alienação foram de R\$ 4.000,00.

A transação trouxe um aumento de

- (A) R\$ 6.000,00 em Outras receitas, na Demonstração do Resultado.
- (B) R\$ 10.000,00 em Outras receitas, na Demonstração do Resultado.
- (C) R\$ 6.000,00 em Reserva de Capital, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) R\$ 10.000,00 em Reserva de Capital, na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (E) R\$ 10.000,00 em Outros Resultados Abrangentes, na Demonstração do Resultado Abrangente.

**92**

Em janeiro de 2026, a Cia Beta incorporou a Cia Gama, em operação classificada como compra vantajosa, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS.

O ganho resultante foi reconhecido pela Cia Beta na

- (A) Demonstração do Resultado, na data da aquisição.
- (B) Demonstração do Resultado, de modo linear, durante o ano.
- (C) Demonstração do Resultado Abrangente, na data da aquisição.
- (D) Demonstração do Resultado Abrangente, de modo linear, durante o ano.
- (E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, de modo linear, durante o ano.

**93**

Em 2026, uma sociedade empresária começou a adquirir matéria-prima de um novo fornecedor. As partes acordaram que, caso a sociedade empresária realize um pedido mínimo de R\$ 80.000,00 ao mês, o prazo para pagamento será de 15 meses. No entanto, caso não realize novos pedidos por 60 dias, o prazo para pagamento será de 6 meses.

Em 01/01/2026, a sociedade empresária realizou um pedido de R\$ 120.000,00. Os seus gestores acreditam que será possível manter o pedido mínimo no mês seguinte, no entanto, não têm planejamento concreto para isso.

O reconhecimento da dívida com os fornecedores no Balanço Patrimonial mensal da sociedade empresária, em 31/01/2026, é de

- (A) R\$ 120.000,00 em passivo circulante.
- (B) R\$ 120.000,00 em passivo não circulante.
- (C) R\$ 960.000,00 em passivo não circulante.
- (D) R\$ 60.000,00 em passivo circulante e R\$ 60.000,00 em passivo não circulante.
- (E) R\$ 110.000,00 em passivo circulante e R\$ 10.000,00 em passivo não circulante.

**94**

Em 30/11/2025, uma entidade apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

- Disponibilidades: R\$ 90.000,00;
- Terrenos destinados ao uso: R\$ 210.000,00;
- Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00.

A entidade possuía 3 terrenos, sendo cada um avaliado por R\$ 70.000,00.

Em dezembro de 2025, a entidade decidiu concentrar as suas atividades em apenas um terreno. Desse modo, colocou os outros dois terrenos à venda, por R\$ 72.000,00 cada. O nível hierárquico de gestão apropriado estava comprometido com o plano de venda dos terrenos, e iniciou um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano assim que os terrenos estiverem desocupados, em fevereiro de 2027.

A imobilização do patrimônio líquido da entidade, em 31/12/2025, foi de

- (A) 23,33%.
- (B) 24,00%.
- (C) 70,00%.
- (D) 71,33%.
- (E) 72,00%.

**95**

Uma entidade expandiu as suas operações em janeiro de 2026. Para isso, realizou as seguintes transações:

- Pagamento, antecipado, do seguro anual das instalações fabris: R\$ 6.000,00.
- Pagamento dos honorários de empresa de consultoria por serviço realizado durante o mês de janeiro: R\$ 8.000,00.
- Compra de móveis e utensílios à vista: R\$ 50.000,00.
- Compra de veículo, para pagamento em 120 dias: R\$ 60.000,00.

De acordo com a terminologia da contabilidade de custos, em janeiro de 2026, a entidade realizou investimento de

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 56.000,00.
- (C) R\$ 110.000,00.
- (D) R\$ 116.000,00.
- (E) R\$ 124.000,00.

**96**

Um auditor realizou diversos testes de detalhes para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada de que não existem distorções relevantes no nível das afirmações sobre a entidade auditada.

Nesse sentido, assinale a opção que indica uma técnica de auditoria e um exemplo que corresponde a ela, de acordo com o Manual de Auditoria Financeira.

- (A) Confirmação: análises e conciliações de contas e/ou saldos.
- (B) Recálculo: conferência de valores consolidados e eliminação de transações intergrupo, quando apropriada.
- (C) Análises: exame de relatórios da auditoria interna sobre a confiabilidade das contas.
- (D) Inspeção: verificação do correto lançamento na contabilidade de transações selecionadas.
- (E) Indagação: verificação de que o balanço de abertura do ano em curso corresponde ao balanço de encerramento do ano anterior.

**97**

Em 2025, uma entidade aplicou, antecipadamente, uma nova norma contábil. As normas contábeis previam que a antecipação antes da data de vigência era facultativa e a entidade divulgou, em suas demonstrações contábeis, a adoção.

O auditor independente julgou que a aplicação antecipada tinha efeito disseminado de forma generalizada nas demonstrações contábeis, e desejava chamar a atenção para o assunto em seu relatório.

Desse modo, ele incluiu, em seu relatório,

- (A) um anexo.
- (B) uma ressalva.
- (C) um parágrafo de ênfase.
- (D) uma análise comparativa.
- (E) um parágrafo de outros assuntos.

**98**

De acordo com a Lei nº 9.637/1998, o Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Entre os requisitos específicos para que as entidades privadas habilitem-se à qualificação como organização social está a comprovação do registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre finalidade não lucrativa.

Isso significa que

- (A) o total das receitas deve ser igual ao total das despesas.
- (B) os excedentes financeiros devem ser destinados a atividades sociais.
- (C) a soma dos custos e das despesas deve ser maior ou igual à soma das receitas.
- (D) os excedentes financeiros devem ser investidos no desenvolvimento das próprias atividades.
- (E) os serviços oferecidos devem ter preços menores do que os do mercado, sejam eles subsidiados ou não.

**99**

A administração pública e uma organização da sociedade civil realizaram uma parceria em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, conforme a Lei nº 13.019/2014.

A organização da sociedade civil apresentou a sua prestação de contas com elementos que permitiram ao gestor da parceria avaliar o seu andamento.

Os dados financeiros foram analisados com o intuito principal de

- (A) verificar o grau de produtividade.
- (B) detectar possíveis casos de fraudes ou erros.
- (C) avaliar a variação dos elementos patrimoniais.
- (D) estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada.
- (E) comparar as remunerações oferecidas com aquelas praticadas pelo mercado.

**100**

A Lei Complementar nº 214/2025 instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Esse imposto é de competência compartilhada entre

- (A) Municípios e União.
- (B) Estados e Municípios.
- (C) Estados e Distrito Federal.
- (D) Estados, Distrito Federal e União.
- (E) Estados, Municípios e Distrito Federal.



Realização

